

efeméride

A **CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS** foi assinada a 26 de Junho de 1945, fez 75 anos. Hoje, perante uma situação internacional tensa e explosiva em consequência da agressividade do imperialismo, a necessidade da plena concretização dos seus princípios ganha novamente uma flagrante atualidade. E urgência.



a *Carta das Nações Unidas* faz 75 anos e os seus princípios são mais do que atuais

**«NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS,
DECIDIDOS:**

A preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade;

A reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas;

A estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional;

A promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade;

E para tais fins:

A praticar a tolerância e a viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos;

A unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais;

A garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum;

A empregar mecanismos internacionais para promover o progresso económico e social de todos os povos;

Resolvemos conjugar os nossos esforços para a consecução desses objetivos.»

***Préambulo da Carta das Nações Unidas,
assinada a 26 de Junho de 1945***

A CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, assinada inicialmente por 50 países na cidade norte-americana de São Francisco, é filha da Vitória sobre o nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial. Os princípios que consagra reflectem o prestígio e fulgor com que saíram do conflito as forças da democracia, do progresso social, da paz e do socialismo, graças ao papel determinante desempenhado na Vitória pela União Soviética e pelos movimentos de resistência popular, sobretudo na Europa e na Ásia e onde os comunistas tiveram um papel central.

O imperialismo, muito embora derrotado na sua expressão mais brutal, permanecia dominante, mas confrontava-se com um forte obstáculo às suas pretensões: a URSS e o campo socialista em formação, a impetuosa luta da classe operária, dos trabalhadores e dos povos, os poderosos movimentos de libertação nacional e da paz barravam-lhe o caminho, impunham-lhe significativas derrotas e arrancavam-lhe importantes concessões.

De facto, muitos dos mais avançados princípios constantes na Carta constituem reivindicações antigas dos comunistas e de outras forças progressistas e anticolonialistas, sempre negados pelo imperialismo em qualquer das suas versões, nazi-fascista ou «democrática»: a igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos; a igualdade soberana de todos os Estados; a resolução das controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo a que a paz e a segurança internacionais, bem como a justiça, não sejam ameaçadas; a não utilização nas relações internacionais do recurso à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das Nações Unidas; a cooperação internacional para a resolução dos problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos e pelas liberdades fundamentais, sem qualquer discriminação.

Os mesmos que detinham impérios coloniais foram forçados a aceitar a consagração da *igualdade de direitos e a autodeterminação dos povos*. Contrariando a segregação racial, da discriminação das mulheres e dos milhões privados de direitos fundamentais que prevalecia (e prevalece) nas principais potências imperialistas, as *liberdades*

fundamentais sem distinções ficaram inscritas. Em contraposição à exploração e do desemprego nos países capitalistas, foi consagrado o *progresso social e melhores condições de vida*. Chocando abertamente com a prática imperialista, marcada pela agressão, o bloqueio e a chantagem, foi expresso objetivo de *manter a paz e a segurança*.

Atropelos e sabotagens

Se as potências imperialistas vencedoras da guerra, como os EUA e o Reino Unido, foram forçadas a incluir na ***Carta das Nações Unidas*** princípios e valores que negavam aos seus próprios povos e que violavam nas suas relações internacionais, tentaram também subvertê-los desde o primeiro dia: logo em Agosto, os EUA inauguram a *Era Nuclear*, arrasando as cidades japonesas de Hiroxima e Nagasáqui e, em 1946, põem fim à aliança vencedora da Segunda Guerra Mundial e dão início à *Guerra Fria* – contra o «comunismo», diziam, mas na verdade contra qualquer expressão libertadora dos trabalhadores e dos povos.

As intervenções imperialistas na Grécia, na China, na Indochina e na Coreia, acompanhadas de brutais crimes contra as populações, violavam

abertamente os princípios e valores inscritos na Carta. O mesmo se poderá dizer das não menos cruéis guerras movidas pelas potências coloniais contra os povos que lutavam pela libertação nacional. A Índia, a Argélia ou as antigas colónias portuguesas de Angola, Guiné-Bissau, e Moçambique testemunham-no.

A criação, em 1949, da Organização do Tratado do Atlântico Norte/ NATO, (re)instituiu a lógica de blocos militares prevalecte antes das duas guerras mundiais, sabotando a criação do sistema de segurança coletivo há muito defendido pela União Soviética e consagrado na Carta das Nações Unidas. A NATO foi, e continua hoje a ser, o *braço armado* do imperialismo na sua ofensiva contra os direitos e a soberania dos povos e dos Estados e um instrumento para condicionar as opções políticas dos seus próprios membros. Comprovam-no, por exemplo, o apoio ao *golpe dos coronéis* na Grécia, o fomento do terrorismo em Itália (a célebre *Operação Gládio*) e as manobras navais intimidatórias na costa portuguesa em pleno avanço da Revolução de Abril.

A corrida aos armamentos e o desenvolvimento de armas cada vez mais sofisticadas e mortíferas foi outra marca do imperialismo no pós-guerra, à revelia do espírito e da letra da **Carta das Nações Unidas** e do direito internacional dela decorrente. Também a este respeito, os tratados e acordos alcançados no pós-guerra, visando o desarmamento e o desarmamento, constituíram sempre concessões arrancadas ao imperialismo e não dádivas deste à Humanidade.

Uma questão essencial

A correlação de forças existente a cada momento entre o imperialismo e as forças do progresso e da paz é, também no que respeita ao grau de (in)cumprimento dos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, a questão essencial. Não sendo de todo indiferente a existência de um direito internacional que está essencialmente do lado da paz e da soberania, ele só será efetivamente concretizado se a tal o imperialismo for obrigado: a História já o mostrou e a atualidade encarrega-se de nos recordar esse facto todos os dias.

À entrada da última década do século XX, o desaparecimento da União Soviética e do campo socialista europeu, com dramáticas consequências planetárias, desequilibrou dramaticamente as forças para o lado do imperialismo: a prometida *paz*

universal, que se sucederia ao fim da *Guerra Fria*, deu lugar à *lei do mais forte* nas relações internacionais, a um mundo unipolar dominado pelos EUA, à sucessão de guerras de agressão (Jugoslávia, Iraque, Afeganistão, Somália, Líbia, Síria, Iémen...), a impressionantes regressões civilizacionais e a níveis inéditos de desigualdade. Sem freios, é assim o imperialismo.

Apesar deste imenso *salto atrás*, a resistência e a luta não cessaram, ao mesmo tempo que se agudizavam a crise do capitalismo e as suas contradições: o domínio hegemónico do imperialismo norte-americano abria brechas à medida que vários países procuram rumos de desenvolvimento fora do quadro dominante e reforçam a articulação entre si, visando precisamente a construção de um mundo multipolar, de Estados soberanos e com iguais direitos, como previsto na Carta das Nações Unidas.

[...]

Perigos e potencialidades

Resgatar os princípios inscritos na **Carta das Nações Unidas** é uma questão urgente do nosso tempo. Enredado numa profunda crise, o imperialismo responde como sabe: com o aumento da exploração e com a

guerra, tentando manter e alargar o seu predomínio económico (e político, ideológico e militar) e limitar o desenvolvimento de outros países.

Do Iraque ao Afeganistão, da Síria ao Iémen, da Palestina ao Paquistão, das fronteiras europeias da Rússia à Península da Coreia, dos mares da China ao Ártico, do Norte de África à América Latina, verifica-se uma constante tensão militar – quando não conflitos abertos – e uma crescente militarização. O denominador comum é a presença militar norte-americana e dos seus aliados da NATO, da União Europeia, de Israel, Arábia Saudita, Japão ou Colômbia...

Por mais que as grandes cadeias da comunicação o procurem ocultar, o imperialismo norte-americano é o principal responsável pela impressionante corrida aos armamentos, pela proliferação de bases militares, frotas navais e sistemas de mísseis nos quatro cantos do mundo, pela militarização das relações internacionais, do Cosmos e do ciberespaço, pela desestabilização e destruição de países e regiões inteiras, por sanções e bloqueios ilegais e desumanos contra países e povos, pelo abandono de importantes tratados internacionais de controlo armamentista.

Mas se é violenta e multifacetada a ofensiva imperialista, visando a soberania de todos e cada um dos países e os mais elementares direitos laborais e sociais, é poderosa e tenaz a resistência dos trabalhadores e dos povos: da Palestina insubmissa a Cuba socialista, da Venezuela bolivariana à Síria laica e progressista, das imensas manifestações nos EUA contra o racismo e pela democracia à luta em Portugal e noutros países europeus contra a exploração e as desigualdades, por alternativas antimonopolistas e anti-imperialistas.

Hoje como há 75 anos, a questão decisiva permanece: alargar a luta dos trabalhadores e dos povos (organizada, unitária, com objetivos concretos), ampliar a frente anti-imperialista e reforçar o movimento comunista e revolucionário internacional, de modo a diminuir a margem de manobra do imperialismo e abrir campo à paz, à soberania, ao progresso social, à cooperação, concretizando importantes princípios inscritos na **Carta das Nações Unidas**.

Este não será, como nunca foi, um caminho fácil: é, porém, aquele que abrirá caminho à emancipação social e nacional.

- Os gastos militares dos EUA representam mais de 35% do total mundial
- Existem cerca de 1000 bases e instalações militares dos EUA e da NATO em 145 países
- Os EUA retiraram-se unilateralmente do Tratado sobre Mísseis Anti-Balísticos, do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermédio e do Tratado sobre o Regime de Céu Aberto
- O processo de adesão dos Estados ao Tratado de Proibição de Armas Nucleares, negociado no âmbito da ONU em 2017, está a ser marcado por chantagens e pressões
- As sanções e bloqueios norte-americanos contra Cuba, Venezuela, Nicarágua, Irão, Síria, RPD da Coreia, Rússia e China foram mantidas ou agravadas durante a pandemia
- Israel e EUA desrespeitam sucessivas resoluções das Nações Unidas relativas aos direitos do povo palestino

<http://www.avante.pt/pt/2430/temas/159694/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-faz-75-anos-e-os-seus-princ%C3%ADpios-s%C3%A3o-mais-do-que-actuais.htm>

História da ONU

A Organização das Nações Unidas é uma organização internacional fundada em 1945. Atualmente, é composta por 193 Estados-membros. A missão e o trabalho das Nações Unidas são guiados pelos propósitos e princípios contidos na sua Carta fundadora – a Carta das Nações Unidas.



Devido aos poderes conferidos pela Carta e graças ao seu caráter internacional *sui generis*, as Nações Unidas podem tomar medidas sobre as grandes questões relacionadas com a humanidade, como a paz e a segurança, alterações climáticas, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, desarmamento, terrorismo, ajuda humanitária e emergências de saúde, igualdade de género, governação, entre muitas outras.

A ONU serve como fórum para os seus Estados-membros expressarem pontos de vista através da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Económico e Social e de outros órgãos e comissões da Organização. Ao possibilitar o diálogo entre os seus membros e ao mediar negociações, a ONU tornou-se no mecanismo que permite aos governos encontrar áreas de entendimento e lidar com os desafios em conjunto. O chefe administrativo da ONU é o secretário-geral.

A sede das Nações Unidas fica em Nova Iorque, nos Estados Unidos, em território internacional. A ONU tem a sua própria bandeira, correios e selos postais. São utilizadas seis línguas oficiais: árabe, chinês, espanhol, russo, francês e inglês – as duas últimas são também línguas de trabalho da ONU. A sede das Nações Unidas na Europa fica em Genebra, na Suíça. Há ainda escritórios em Viena, na Áustria, e em Nairobi, no Quênia, e Comissões Regionais na Etiópia, Líbano, Tailândia e Chile.

Grças ao seu trabalho em prol da paz mundial, a ONU foi distinguida, juntamente com o secretário-geral Kofi Annan, com o Prémio Nobel da Paz, em 2001. Além da Organização, outras 7 agências especializadas das Nações Unidas e 12 personalidades ligadas à ONU já venceram o Prémio Nobel da Paz. Consulte a lista dos laureados [aqui](#).

24 de outubro de 1945: a fundação das Nações Unidas

Em 1945, representantes de 50 países reuniram-se em São Francisco, na Conferência das Nações Unidas, para redigir a Carta das Nações Unidas. A deliberação dos delegados foi redigida com base em propostas elaboradas pelos representantes da China, União Soviética, Reino Unido e dos Estados Unidos em Dumbarton Oaks, nos Estados Unidos, em agosto e outubro de 1944.

A Organização das Nações Unidas foi criada oficialmente a 24 de outubro de 1945, quando a Carta foi ratificada pela China, França, União Soviética, Reino Unido, Estados Unidos e pela maioria dos outros signatários. Por essa razão, o DIA DAS NAÇÕES UNIDAS é comemorado a 24 de outubro de cada ano

DISCURSO DO PAPA PAULO VI NA SEDE DA ONU

4 de Outubro de 1965



No momento de tomar a palavra perante este auditório único no mundo, queremos exprimir, em primeiro lugar, a Nossa profunda gratidão ao sr. Thant, vosso secretário-geral, que Nos quis convidar a fazer uma visita às Nações Unidas, por ocasião do vigésimo aniversário desta instituição mundial para a paz e a colaboração entre os povos de toda a terra.

Obrigado, igualmente, ao presidente da Assembleia Geral, sr. Amintore Fanfani, que, desde o dia em que assumiu o cargo, Nos tem dirigido tantas palavras amáveis.

Obrigado a todos vós, aqui presentes, pelo vosso caloroso acolhimento. A cada um de vós, apresentamos a Nossa saudação cordial e deferente. A vossa amizade convidou-Nos e admitiu-Nos nesta reunião, e é como amigo que Nos apresentamos perante vós.

Além da Nossa homenagem pessoal, trazemos-vos a do segundo Concílio Ecuménico do Vaticano, atualmente reunido em Roma, e do qual os Cardeais que nos acompanham são os eminentes representantes.

Em seu nome, como no Nosso, desejamos-vos honra e saúde.

Este encontro, como estais todos bem conscientes, reveste-se de um duplo carácter: está repleto, ao mesmo tempo, de simplicidade e de grandeza. De simplicidade, porque aquele que vos fala é um homem como vós e é vosso irmão, e mesmo um dos mais pequenos entre vós, que representais Estados soberanos, enquanto ele não se encontra investido — se quereis considerar-Nos sob este ponto de vista — senão de uma minúscula e quase simbólica soberania temporal: a mínima que se torna necessária para poder exercer livremente a sua missão espiritual, e assegurar àqueles que com ele têm de lidar que não se encontra dependente de nenhuma das soberanias deste mundo. Ele não tem qualquer poder temporal, qualquer ambição de entrar em competição convosco. De facto, Nós nada temos a pedir, nenhuma exigência a fazer, mas apenas um desejo a formular, uma permissão a solicitar: a de vos poder servir naquilo que cabe no âmbito da Nossa competência, com desinteresse, com humildade e amor.

Tal é a primeira declaração que temos a fazer. Como vedes, ela é tão simples que pode parecer insignificante a esta Assembleia, habituada a tratar negócios extremamente importantes e difíceis.

E, todavia, Nós vos afirmamos, e vós todos o sentis, que este momento se reveste de uma singular grandeza: ele é grande para Nós, ele é grande para vós.

Para Nós, em primeiro lugar. Oh! bem sabeis quem Nós somos, e, qualquer que seja a vossa opinião sobre o Pontífice romano, conheceis a Nossa missão: somos portadores de uma mensagem para toda a humanidade. E somo-lo, não apenas em Nosso nome pessoal e em nome da grande família católica, mas também em nome dos irmãos cristãos que compartilham dos sentimentos que aqui manifestamos, e, especialmente, daqueles que quiseram encarregar-Nos, explicitamente, de sermos o seu intérprete. E como o mensageiro que, ao cabo de longa viagem, entrega a carta que lhe foi confiada, assim Nós temos a consciência de viver o instante privilegiado — por muito breve que ele seja — em que se cumpre um voto que trazemos no coração há perto de vinte séculos. Sim, recordai-vos. Já há

muito que Nos pusemos a caminho e, trazendo connosco uma longa história, celebramos aqui o epílogo de laboriosa peregrinação em busca de um colóquio com o mundo inteiro, desde o dia em que Nos foi ordenado: «Ide e levai a boa nova a todas as nações». Ora, sois vós que representais todas as nações.

Deixai-Nos dizer que trazemos para todos uma mensagem. Sim, uma feliz mensagem para entregar a cada um de vós.

1. A Nossa mensagem quer ser, antes de mais, uma ratificação moral e solene desta nobre Instituição. Esta mensagem vem da Nossa experiência histórica. É como «técnico em humanidade» que Nós trazemos a esta Organização o sufrágio dos Nossos últimos predecessores, o de todo o Episcopado católico e o Nosso, convencidos, como Nós o estamos, de que esta Organização representa o caminho obrigatório da civilização moderna e da paz mundial. Ao dizer isto, Nós temos consciência de fazer Nossa quer a voz dos mortos quer a voz dos vivos: dos mortos caídos nas terríveis guerras do passado, sonhando com a concórdia e a paz do mundo — dos vivos que lhes sobreviveram, e que antecipadamente condenam nos seus corações os que tentassem renová-las — de outros vivos ainda: as jovens gerações de hoje, que avançam confiantes, esperando com razão uma humanidade melhor.

Fazemos também Nossa a voz dos pobres, dos deserdados, dos infelizes, dos que aspiram à justiça, à dignidade de viver, à liberdade, ao bem-estar e ao progresso. Os povos voltam-se para as Nações Unidas como para a última esperança da concórdia e da paz. Nós ousamos trazer aqui, com o Nosso, o seu tributo de homenagem e de esperança. E eis por que também para vós este momento é grande.

2. Nós o sabemos, vós estais disso plenamente conscientes. Escutai agora a sequência da Nossa mensagem. Ela está inteiramente voltada para o futuro.

O edifício que vós construístes jamais deve cair em ruínas: deve ser aperfeiçoado e adaptado às exigências que a história do mundo apresentará. Vós marcais uma etapa no desenvolvimento da humanidade: de agora em diante, é impossível recuar, é preciso avançar.

À pluralidade dos Estados, que já não podem ignorar-se uns aos outros, vós propodes uma forma de coexistência extremamente simples e fecunda. Ei-la: em primeiro lugar, reconheceis e distinguis uns e outros. É certo que não conferis a existência aos Estados, mas qualificais como digna de ter assento na Assembleia ordenada dos povos cada uma das nações.

Dais um reconhecimento de alto valor moral e jurídico a cada comunidade nacional soberana e garantis-lhe uma honrosa cidadania internacional. É já um grande serviço prestado à causa da humanidade: bem definir e honrar os súbditos nacionais da comunidade mundial. Estabelecê-los numa condição jurídica que lhes vale o reconhecimento e o respeito de todos, e de onde pode derivar um sistema ordenado e estável de vida internacional. Sancionais, o grande princípio de que as relações entre os povos devem ser reguladas pela razão, pela justiça, pelo direito e pela negociação, e não pela força, nem pela violência, nem pela guerra, assim como também não pelo medo ou pelo logro.

É assim que isso deve ser. E permiti que Nós vos felicitemos por terdes tido

a sabedoria de abrir o acesso desta Assembleia aos povos jovens, aos Estados que desde há pouco atingiram a independência e a liberdade nacionais — a sua presença é aqui a prova da universalidade e da magnanimidade que inspiram os princípios desta Instituição.

É assim que isso deve ser. Tal é o Nosso elogio e o Nosso anelo, e, como vedes, Nós não os atribuímos de fora: tiramo-los de dentro, do próprio génio da vossa Instituição.

3. O vosso estatuto vai mais longe ainda: e a Nossa mensagem avança com ele. Vós existis e trabalhais para unir as nações, para associar os Estados. Adotemos a fórmula: para harmonizar uns com os outros. Vós sois uma associação. Vós sois uma ponte entre os povos. Vós sois uma rede de relações entre os povos. Estaríamos tentados a dizer que a vossa característica reflete de certa maneira na ordem temporal o que a nossa Igreja católica quer ser na ordem espiritual: única e universal. Nada pode conceber-se de mais elevado, no plano natural, na construção ideológica da humanidade. A vossa vocação é de fazer confraternizar, não alguns povos, mas todos os povos. Empresa difícil? Sem dúvida alguma. Mas tal é a empresa, tal é a vossa nobre empresa. Quem não vê a necessidade de chegar assim progressivamente a instaurar uma autoridade mundial capaz de poder agir eficazmente no plano jurídico e político?

Aqui ainda repetimos o Nosso desejo: prossegui. Nós diremos mais: agi de maneira a trazer de novo para entre vós os que se tenham afastado de vós — estudaís o meio de chamar ao vosso pacto de fraternidade, com honra

e com lealdade, os que ainda dele não partilham.

Agi de maneira que os que ainda estão fora desejem e mereçam a confiança comum, e sede então generosos a concedê-la.

E vós, que tendes a oportunidade e a honra de ter assento nesta Assembleia da comunidade pacífica, escutai-Nos: esta confiança mútua que vos une e vos permite operar boas e grandes coisas, agi de maneira que ela jamais seja atingida, que ela jamais seja traída.

4. A lógica deste desejo, que pertence, pode dizer-se à estrutura da vossa organização, leva-Nos a completá-lo com outras fórmulas, ei-las: que ninguém, como membro da vossa união, seja superior aos outros, nenhum acima do outro. É a fórmula da igualdade. Nós sabemos, é certo, que há outros factores a considerar além do simples facto de pertencer ao vosso Organismo. Mas a igualdade também faz parte da sua constituição: não que vós sejais iguais, mas aqui vós tornais-vos iguais. E pode acontecer que, para alguns de entre vós, seja um acto de grande virtude, permiti que Nós vo-lo digamos, Nós, o representante de uma Religião que opera a salvação pela humildade. Porque é o orgulho, por mais inevitável que possa parecer, que provoca as tensões e as lutas do prestígio, do predomínio, do colonialismo, do egoísmo: é ele que quebra a fraternidade.

5. E aqui a Nossa mensagem atinge o seu cume. Negativamente, em primeiro lugar: é a palavra que vós esperais de Nós e que Nós não podemos pronunciar sem estar conscientes da sua gravidade e da sua solenidade: jamais uns contra os outros, nunca mais. Não foi sobretudo com esta finalidade que

nasceu a Organização das Nações Unidas: contra a guerra e para a paz? Escutai as palavras lúcidas de um grande desaparecido, John Kennedy, que proclamava, há quatro anos: «A humanidade deverá pôr fim à guerra, ou é a guerra que porá fim à humanidade». Não são necessários longos discursos para proclamar a finalidade suprema da vossa Instituição. Basta recordar que o sangue de milhões de homens, os sofrimentos espantosos e inumeráveis, os inúteis massacres e as aterradoras ruínas sancionam o pacto que vos une, num juramento que deve mudar a história futura do mundo: nunca mais a guerra, nunca mais a guerra. É a paz, a paz que deve guiar o destino dos povos e de toda a humanidade.

Obrigado a vós, glória a vós, que desde há vinte anos trabalhais pela paz, e que destes mesmo a esta santa causa ilustres vítimas, obrigado a vós e glória a vós pelos conflitos que tendes impedido e por aqueles que vós regulastes. Os resultados dos vossos esforços a favor da paz, até estes últimos dias, merecem, mesmo se não são ainda decisivos, que Nós usemos tornar-Nos intérprete do mundo inteiro e vos exprimamos em seu nome felicitação e gratidão.

Vós tendes, senhores, realizado, e vós realizareis uma grande obra: ensinai a paz aos homens. A ONU é a grande escola onde se recebe esta educação, e nós estamos aqui na Aula Magna desta escola. Quem quer que aqui tome lugar torna-se aluno e torna-se mestre na arte de construir a paz. E quando sairdes desta sala, o mundo olha para vós como para os arquitetos, os construtores da paz.

A paz, vós o sabeis, não se constrói

somente por meio da política e do equilíbrio das forças e dos interesses. Ela constrói-se com o espírito, as ideias, as obras da paz. Vós trabalhais nesta grande obra. Mas não estais ainda senão no começo da vossa tarefa. Chegará um dia o mundo a mudar a mentalidade particularista e belicosa que até agora tem tecido uma tão grande parte da sua história? É difícil prevê-lo. Mas é fácil afirmar que é necessário meter-se resolutamente a caminho para a nova história, a história pacífica, aquela que será verdadeiramente e plenamente humana, aquela que Deus prometeu aos homens de boa vontade. Os caminhos estão traçados diante de vós: o primeiro é o desarmamento.

Se vós quereis ser irmãos, deixai cair as armas das vossas mãos. Não se pode amar com armas ofensivas nas mãos. As armas, sobretudo as terríveis armas que a ciência moderna vos deu, antes mesmo de causarem vítimas e ruínas, engendram maus sonhos, alimentam maus sentimentos, criam pesadelos, desconfianças, sombrias resoluções. Exigem enormes despesas. Detêm os projetos de solidariedade e de útil trabalho. Falseiam a psicologia dos povos.

Enquanto o homem permanecer o ser fraco, inconstante, e mesmo mau como se mostra tantas vezes, as armas defensivas serão, infelizmente, necessárias. Mas vós, a vossa coragem e o vosso valor levam-vos a estudar os meios de garantir a segurança da vida internacional sem recorrer às armas; eis uma finalidade digna dos vossos esforços, eis o que os povos esperam de vós. Eis o que é preciso obter, e para isso é necessário que aumente a confiança unânime nesta Instituição,

que aumente a sua autoridade, e então a finalidade — podemos ter esperança — será atingida. Ganhareis assim o reconhecimento dos povos, aliviados de pesadas despesas de armamentos, e libertos do pesadelo da guerra sempre iminente.

Nós sabemos — e como Nos alegamos com isso? — que muitos de entre vós consideram favoravelmente o convite que lançámos a todos os Estados a favor da causa da paz, em Bombaim, em Dezembro último: consagrar ao benefício dos países em vias de desenvolvimento ao menos uma parte das economias que podem ser realizadas graças à redução dos armamentos. Renovamos aqui esse convite, com a confiança que Nos inspiram os vossos sentimentos de humanidade e de generosidade.

6. Falar de humanidade, de generosidade, é fazer eco de um outro princípio constitutivo das Nações Unidas, o seu cume positivo: Não é apenas para esconjurar os conflitos entre os Estados que aqui se trabalha — é para tornar os Estados capazes de trabalhar uns para os outros. Não vos contentais com facilitar a coexistência entre as nações: dais um muito maior passo em frente, digno do Nosso elogio e do Nosso apoio, organizais a colaboração fraternal dos povos. Aqui instaura-se um sistema de solidariedade, que faz com que elevadas finalidades, no sentido da civilização, recebam o apoio unânime e ordenado de toda a família dos povos, para o bem de todos e de cada um. É o que há de mais belo na Organização das Nações Unidas, é o seu rosto humano mais autêntico — é o ideal com que sonha a humanidade na sua peregrinação através do tempo — é a

maior esperança do mundo — ousaremos dizer: é o reflexo do desígnio de Deus — desígnio transcendente e pleno de amor — para o progresso da sociedade humana sobre a terra, reflexo em que Nós vemos a mensagem evangélica, de celeste, fazer-se terrestre. Aqui, com efeito, parece-Nos ouvir o eco da voz dos nossos predecessores, e principalmente a do Papa João XXIII, cuja mensagem de «*Pacem in Terris*» encontrou entre vós uma ressonância tão honrosa e tão significativa.

O que vós proclamais, aqui, são os direitos e os deveres fundamentais do homem, a sua dignidade, a sua liberdade, e antes de tudo a liberdade religiosa. Sentimos que vós sois os intérpretes do que há de mais alto na sabedoria humana, diríamos quase: o seu carácter sagrado. Porque é, antes de tudo, da vida do homem que se trata, e a vida do homem é sagrada: ninguém pode ousar atentar contra ela. É na vossa Assembleia que o respeito da vida, mesmo no que se refere ao grande problema da natalidade, deve encontrar a sua mais alta profissão e a sua mais racional defesa. A vossa tarefa é agir de modo que o pão seja abundante à mesa da humanidade, e não favorecer um «controle» artificial dos nascimentos, que seria irracional, com a finalidade de diminuir o número dos convivas ao banquete da vida.

Mas não basta alimentar os esfomeados: ainda é preciso assegurar a cada homem uma vida conforme à sua dignidade. E é o que vós vos esforçais por fazer. Não será a realização, sob os Nossos olhos, e graças a vós, do anúncio profético que tão bem se aplica à vossa Instituição: «Eles fundirão as, suas espadas para delas fazer charruas e

as suas lanças para delas fazer foices»? (Is. 2,4). Não usais vós as prodigiosas energias da terra e as magníficas invenções da ciência já não como instrumentos de morte, mas como instrumentos de vida para a nova era da humanidade? Nós sabemos com quanta intensidade e quanta eficácia crescentes a Organização das Nações Unidas e os organismos mundiais que dela dependem trabalham para auxiliar os governos que deles necessitam para acelerar o seu progresso económico e social.

Nós sabemos com quanto ardor vós vos dedicais a diminuir o analfabetismo e a espalhar a cultura no mundo. A dar aos homens uma assistência sanitária apropriada e moderna. A colocar ao serviço do homem os maravilhosos recursos da ciência, da técnica, da organização: tudo isso é magnífico e merece o elogio e o apoio de todos, incluindo o Nosso.

Nós queríamos também dar o exemplo, mesmo se a pequenez dos Nossos meios impede de lhes apreciar o alcance prático e quantitativo: Nós queremos dar às Nossas instituições um novo desenvolvimento contra a fume do mundo e a favor das suas principais necessidades: é assim, e não de outro modo, que se constrói a paz.

7. Uma palavra, ainda, senhores, uma última palavra: este edifício que vós construís não assenta em bases puramente materiais e terrestres, porque então seria um edifício construído sobre a areia. Assenta, antes de tudo, sobre as nossas consciências. Sim, chegou o momento da «conversão», da transformação pessoal, da renovação interior. Devemos habituar-nos a pensar o homem de uma maneira nova. De uma maneira nova

também a vida comunitária dos homens, de uma maneira nova enfim os caminhos da história e os destinos do mundo, segundo a palavra de S. Paulo: «Revesti-vos do homem novo criado segundo Deus na justiça e na santidade da verdade» (Ef. 4,23). Eis chegada a hora em que se impõe uma pausa, um momento de recolhimento, de reflexão, quase de oração: pensar de novo na nossa comum origem, na nossa história, no nosso destino comum.

Nunca, como hoje, numa época marcada por tal progresso humano, foi tão necessário o apelo à consciência moral do homem. Porque o perigo não vem, nem do progresso, nem da ciência, que, bem utilizados, poderão, pelo contrário, resolver um grande número dos graves problemas que assaltam a humanidade. O verdadeiro perigo está no homem, que dispõe de instrumentos sempre cada vez mais poderosos, aptos tanto para a ruína como para as mais elevadas conquistas.

Numa palavra, o edifício da civilização moderna deve construir-se sobre princípios espirituais, os únicos capazes não apenas de o sustentar, mas também de o iluminar e de o animar. E esses indispensáveis princípios de sabedoria superior não podem repousar — é Nossa convicção, vós o sabeis — senão na fé em Deus. O Deus desconhecido de que falava de S. Paulo aos atenienses no areópago? Desconhecido daqueles que, contudo, sem de tal suspeitarem, O procuravam e O tinham próximo deles, como acontece a tantos homens do nosso século?... Para nós, porém, e para todos aqueles que acolhem a inefável revelação que Cristo nos fez, é o Deus vivo, o Pai de todos os homens (AAS 57 (1965), p. 877-885).